PROJETO DE LEI Nº DE 2025 (Da Sra. Deputada Renilce Nicodemos)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para funcionários de restaurantes, bares, lanchonetes, praças de alimentação de shopping centers, hotéis, resorts e estabelecimentos similares em todo o território nacional, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

- Art. 1º Ficam os restaurantes, bares, lanchonetes, praças de alimentação de shopping centers, hotéis, resorts e estabelecimentos similares, em todo o território nacional, obrigados a oferecer capacitação periódica em noções básicas de primeiros socorros aos seus funcionários.
 - § 1º A capacitação abrangerá, no mínimo:
- I desobstrução de vias aéreas por corpo estranho (manobra de Heimlich e compressões adequadas por faixa etária);
- II reconhecimento de parada cardiorrespiratória (PCR) e realização de reanimação cardiopulmonar (RCP);
 - III técnicas básicas para controle de hemorragias externas;
 - IV cuidados básicos durante crises convulsivas;
- V acionamento dos serviços de emergência e apoio até a chegada do socorro.
- § 2º A carga horária mínima será de 8 (oito) horas, com conteúdo teórico e prático.
- § 3º Pelo menos 1 (um) funcionário certificado deverá estar presente em cada turno de funcionamento do estabelecimento.
 - § 4º A reciclagem será obrigatória a cada 12 (doze) meses.
- Art. 2º A capacitação deverá ser ministrada por profissionais de saúde habilitados ou por instituições reconhecidas, tais como: Corpo de





Bombeiros Militar, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), hospitais universitários, entidades acadêmicas ou organizações certificadas.

- Art. 3º Os estabelecimentos abrangidos por esta Lei deverão:
- I manter registro atualizado das capacitações, com listas de presença e certificados;
- II fixar, em local visível aos funcionários, cartazes ou fluxogramas simplificados de atendimento a engasgo, PCR, hemorragias e convulsões;
- III manter kit básico de primeiros socorros em local de fácil acesso e identificado.
- Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei será exercida pelos órgãos de Vigilância Sanitária estaduais e municipais, com apoio das Secretarias de Saúde e dos Corpos de Bombeiros, sem prejuízo das atribuições da União.
 - Art. 5º O descumprimento desta Lei acarretará ao infrator:
 - I advertência e prazo para regularização;
- II multa administrativa, fixada em regulamento federal, graduada conforme porte econômico do estabelecimento;
 - III suspensão temporária do alvará de funcionamento;
 - IV cassação do alvará em caso de reincidência grave.
 - Art. 6º Compete à União:
- I estabelecer diretrizes nacionais mínimas de capacitação em primeiros socorros;
- II apoiar tecnicamente estados e municípios na implementação da Lei;
- III criar selo de reconhecimento "Ambiente Amigo da Vida" para estabelecimentos que superarem as exigências legais.

Parágrafo único. Estados e municípios poderão editar normas complementares, desde que respeitados os parâmetros mínimos desta Lei.

Art. 7º Os estabelecimentos terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do regulamento, para se adequarem às disposições desta Lei.





Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICATICAÇÃO

A presente proposição busca enfrentar um grave problema de saúde pública: as mortes evitáveis por falta de primeiros socorros prestados imediatamente em situações de emergência.

No Brasil, o engasgo vitima cerca de 2.000 pessoas por ano, segundo dados do Ministério da Saúde. Entre crianças menores de sete anos, o engasgo é responsável por 94% das mortes por asfixia acidental.

A parada cardiorrespiratória (PCR) extra-hospitalar apresenta índices de sobrevivência extremamente baixos no país, em torno de 4% até a alta hospitalar, devido ao atraso no início da reanimação cardiopulmonar. Em países que treinam a população leiga, como Estados Unidos e Japão, esse índice chega a ultrapassar 10%.

A hemorragia é apontada na literatura médica como a principal causa de morte evitável em vítimas de trauma, e sua contenção precoce por métodos simples (compressão, curativos e uso de torniquete) é capaz de salvar inúmeras vidas.

As crises convulsivas, por sua vez, exigem apenas condutas simples e seguras, como proteger a cabeça da vítima e manter vias aéreas desobstruídas, evitando práticas equivocadas que frequentemente agravam a situação.

A Lei Federal nº 13.722/2018 (Lei Lucas) já tornou obrigatória a capacitação em primeiros socorros em escolas públicas e privadas, o que demonstra a relevância e a viabilidade da política pública. Este projeto propõe ampliar a proteção para ambientes de alimentação e hospitalidade, onde o risco de emergências médicas é igualmente elevado.

Portanto, trata-se de medida simples, de baixo custo e de alto impacto social, que salvará vidas, reduzirá sequelas e fortalecerá a confiança do cidadão e do turista nos serviços prestados em território nacional.

Por essas razões, conclamo os(as) nobres Parlamentares a aprovarem este Projeto de Lei, que representa um passo decisivo em defesa da vida e da saúde da população.





2025.

Deputada RENILCE NICODEMOS



